



Anais da Assembléia

Nº 091

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 1991
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Durval Amaral.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edison Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Costenaro Neto, Geraldo Cartário, Luiz Antônio Setti e Nilton César (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

SEC-569/91-el/ib

Entre Rios, Guarapuava, PR, 29.07.1991.

Ilmo Sr.

Deputado Estadual Anibal Khury

CURITIBA - PR

Prezado Senhor.

Temos a satisfação de encaminhar cópia de pedido dirigido ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de excluir Entre Rios (Guarapuava) dos planos de localização de novo presídio.

Face à posição absolutamente contrária da população e dos associados da cooperativa ao plano, rogamos interferir junto à Secretaria de Segurança para evitar a instalação de Colônia Penal aqui.

Contando com a compreensão de V.Sa., que desde já agradecemos, somos

Atenciosamente

COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA ENTRE RIOS LTDA.

(a) MATHIAS LEH

Presidente

PRE 564/91 el/ib

Entre Rios, Guarapuava, PR 26.07.1991

Exmo. Sr.

JOSÉ MOACIR FAVETTI

DD Secretário de Estado da Segurança Pública

Curitiba-PR

A COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA ENTRE RIOS LTDA., de Entre Rios, Guarapuava, por seus diretores infra-assinados, a propósito da matéria jornalística "Paraná Precisa de Mais Dois Presídios", da Gazeta do Povo de 22/07/91, representando os interesses de seu quadro associativo e da comunidade de Entre Rios, vem dizer e, ao final, requer o seguinte:

1 - Já em 27/08/89 dirigiu-se esta cooperativa ao então Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, posicionando-se contrariamente aos planos do governo em instalar em Entre Rios uma colônia penal.

2 - Há 40 anos iniciou-se, em Entre Rios, um processo de desenvolvimento fundado na agricultura, que consolidou uma estrutura econômico-social dinâmica, altamente produtiva capaz de iniciar processo de verticalização pela transformação da produção em empreendimentos agroindustriais e de melhoria da qualidade de vida pela criação e manutenção de escolas, hospitais, meios de comunicação, esporte, lazer e instituições culturais.

3 - Não obstante a grave e persistente crise econômica que afeta sobremaneira a agricultura, a Cooperativa Agrária estabeleceu programa de investimentos econômico-sociais de mais largo alcance, entre eles.

a) Complexo Agroindustrial e Terminal Rodoferroviário em conexão com a Ferroeste, junto à Rodovia BR-277;

b) Plano de diversificação produtiva através da suinocultura e criação de gado de corte, em confinamento, complementados de uma fábrica de rações de alta capacidade, do que resultará, por sua vez o incremento da produção agrícola, especialmente a cultura do milho.

c) Construção de moinho de trigo e centeio para garantir o plantio de culturas de inverno, ao lado da cevada, da qual Entre Rios é o melhor produtor nacional;

d) Construção de um Centro Cultural e Museu, base de um centro de convenções, acoplado, inclusive, a projeto maior de aproveitamento do potencial turístico da região.

e) Implantação de projeto habitacional, em andamento, de 100 residências em adição ao número de 130 já contruídas, pelo esforço da iniciativa privada, face à inoperância do governo neste particular, no interior.

4 - Ora, Senhor Secretário, nestas condições a escolha do Distrito para a localização de uma colônia penal, vem contrariar frontalmente os interesses de toda uma população prejudicando-a do ponto de vista econômico, pela inviabilização de projetos já iniciados, além de confrontá-la e envolvê-la com problemas altamente inconvenientes.

5 - A Cooperativa Agrária sempre se posicionou a favor do desenvolvimento do interior como forma de fixação do homem no campo, tendo alertado o governo, em vários documentos, que a falta de política neste sentido é fator essencial da demasiada concentração urbana.

6 - A concentração urbana ao lado da crise econômica determina principalmente, e gera os problemas sociais nas grandes cidades. Também a alta incidência de criminalidade. Ora, entende a Cooperativa Agrária que justamente uma comunidade que muito fez para desenvolver econômica e socialmente o interior ao longo de 40 anos, gerando impostos, contribuindo para o aumento de empregos, tendo elaborado novo projeto visando o seu futuro que inicia a implementação, não merece ser contemplada, pelo Estado, logo com um presídio, instituição que se constitui em verdadeiro depósito de desajustados sociais, oriundos em sua maioria, seguramente dos grandes centros urbanos. Nega-se a aceitar, por conseguinte, a triste forma e os inconvenientes de uma associação com um grande presídio em sua porta de acesso principal.

07 - Daí, Senhor Secretário, vem esta Cooperativa Agrária requerer seja cancelado qualquer plano de localização de presídio neste Município de Guarapuava, em especial no Distrito de Entre Rios, por ser esta a expressão da vontade de seus habitantes.

N. Termos

P. Deferimento

Entre Rios, Guarapuava (PR), 27.07.1991.
COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA ENTRE RIOS LTDA.

(aa) MATHIAS LEH

Diretor Presidente

FRANCISCO MAJOWSKI

Diretor Vice-Presidente

Telex:

EXMO. SR.

DR. ANIBAL KHURY

M.D. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

OS SIGNATARIOS INTEGRANTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, DIRIGEM-SE A VOSSA EXCELENCIA COM O PROPOSITO DE SOLICITAR UMA SOLUÇÃO RAPIDA E EFICAZ PARA O RETORNO DAS ATIVIDADES PLENAS DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDE, CONSIDERANDO SER DE CONHECIMENTO DE NOSSAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS QUE ESTE BANCO ENCONTRA-SE EM CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR COM EFICIENCIA SUAS FUNÇÕES, E CONSIDERANDO SER O SEU FUNCIONAMENTO IMPRESCINDIVEL PARA A REGIAO SUL.

NA CERTEZA DE CONTAR COM O APOIO DE VOSSA EXCELENCIA, APRESENTAM CONSIDERAÇÕES.

DEPUTADO GUILHERME SOCIAS VILLELA E MAIS 29 SENHORES DEPUTADOS.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1812

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas, REQUEREM, após ouvido o egrégio Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n° 33/91, que dispõe sobre a alteração do artigo 59 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(aa) ERNANI PUDELL,

Doutor ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO.

REQUERIMENTO N° 1820

Senhor Presidente,

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n° 89/91, de sua autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de bens e valores próprios ao patrimônio dos que assumirem cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participarem de comissão de licitação na administração direta, indireta e fundacional, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n° 13/91, que dispõe sobre a extinção da Verba de Representação.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 1825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada e o devido arquivamento do Projeto de Lei n° 031/91, que institui a microrregião de Pitanga.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o adiamento por (10) dez sessões, da votação do Projeto de Lei Complementar n° 077/91, de autoria do Deputado Caíto Quintana, o qual trata da aplicação de recursos estabelecidos pelo artigo 142 da Constituição Estadual (FDE).

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão da Assembleia Legislativa, hoje, de um Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor NIVON WEIGERT, ocorrido na data de ontem nesta capital.

Requer, outrossim, da decisão desta Casa, se dê conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

Desde os idos de 60 o advogado, professor e político NIVON WEIGERT afastou-se das lides eleitorais dedicando-se inteiramente, enquanto no Tribunal de Contas aos seus mistérios de Procurador da Fazenda e após isso a sua vocação de pecuarista.

Ligado à cidade de Ponta Grossa, foi no dia de ontem, lá, sepultado.

Foi Secretário de Estado no segundo

Governo Lupion onde indelevelmente registrou sua competência e probidade. Dignificou a função pública.

Sua perda é sentida e seu nome deve ser reverenciado pelos paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado Votos de Congratulações à Polícia Militar do Estado do Paraná, pela passagem dos seus 137 anos de existência.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

No dia 10 de agosto do ano em curso, a Corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná, estará completando 137 anos de existência.

Salientamos, através do presente, o importante desempenho dos serviços prestados à comunidade paranaense, na área da segurança pública.

Que do teor do presente, se dê ciência ao Governador do Estado, ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado, e ao Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1821

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, eleito pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja determinada a expedição de ofício ao Excelentíssimo Senhor ELIAS ABRAHAO, M.D. Secretário da Educação, solicitando providências urgentes com vistas às necessárias reformas das instalações físicas da Escola Estadual de 1° Grau "Nossa Senhora de Fátima", localizada no Bairro Tarumã, nesta cidade.

Tal pedido, se prende ao fato de que as instalações do educandário estão em precaríssimas condições, com suas estruturas já comprometidas, paredes ameaçando ruir, além da total falta de abrigos contra intempéries, condições essas que, somadas, colocam em sério risco a integridade física de seus alunos e professores.

Essas medidas, a cada dia que passa, se tornam mais urgentes, ante à iminente ocorrência de acidente que poderá ter consequências graves e de difícil reparação.

Requer ainda que, pelo mesmo ofício, seja solicitado o fornecimento de material didático para a mesma escola.

Ante a gravidade da situação, esperamos o total apoio dessa Presidência e do douto Plenário.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 1814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de expediente oficial à Superintendência da Legião Brasileira de Assistência - Regional Paraná, dirigido pelo Dr. Osni Ribas Alves, no sentido de que seja determinada a alocação de recursos financeiros, através de convênios com a Prefeitura, com o objetivo de se construir uma creche no Jardim Cruzeiro, em Cruzeiro do Oeste.

Do aprovado, requer ainda, a comunicação ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente em toda a sua extensão territorial.

A ação do governo municipal tem sido intensa para debelar os focos da miséria e da marginalidade, itens recentes no vocabulário dos moradores antigos da cidade, mas que, infelizmente, cada dia se instala e aumenta suas dimensões, assustadoramente.

Um dos programas encetado pela Prefeitura é o atendimento à criança, através de escolas e creches. Nessa proposta de se oferecer um número cada vez maior de creches, atende a melhoria da qualidade de vida do menor e a oportunidade de melhorar os rendimentos familiares, com a possibilidade do trabalho fora para a mulher, componente importante nesta relação.

O pedido é deveras importante e requer atendimento urgente, por parte do poder público.

REQUERIMENTO N° 1815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de expediente oficial à Secretaria de Estado dos Esportes, solicitando estudos e viabilização para a construção de uma quadra poliesportiva no Distrito de Herculândia, em Umuarama.

Do aprovado, Requer ainda, envio de comunicação ao Senhor Prefeito Municipal, vereador Dario B. de Souza e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação atende a uma antiga aspiração da comunidade usuária daquele município, formada predominantemente por pessoas carentes que não possuem, nas redondezas, local apropriado para a prática

ca de esportes.

A construção de uma cancha polivalente viria não apenas fomentar essa atividade física e de recreação para os jovens, como propiciar lugar adequado para a utilização pelos estudantes, principalmente.

Temos a certeza que a Secretaria, ao efetuar estudos, verificará de imediato a necessidade e o oportunismo da obra, diante do insignificante montante de recursos financeiros dispendidos, comparando com o benefício para a população.

REQUERIMENTO N° 1816

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Sr. Dr. Nizan de Almeida, DD. Secretário de Estado da Saúde Pública, no sentido de que seja destinado um veículo (ambulância) para o Município de Assis Chateaubriand.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Excelentíssimo Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Conforme as constantes e justificadas reclamações das lideranças locais ressentem-se o município de melhores condições financeiras para atender a grande demanda de pedidos na área de saúde, quer no tocante a remédios, atendimento ambulatorial e principalmente, no transporte de doentes dos distritos, das vilas para a sede do município, para os postos de saúde e até para os outros centros mais evoluídos clinicamente. A ambulância é reivindicação permanente em todas as reuniões com as comunidades.

REQUERIMENTO N° 1817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Sr. Mário Pereira, DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja determinada a pavimentação asfáltica na estrada que liga a sede do município de Iporã ao Distrito de Oroitê.

Do aprovado, requer ainda envio de correspondência aos Srs. Otoniel Pereira, ilustre Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Firmino de Souza, ao Vereador Moisés Mendes e à Vereadora Zilda Vicente Pereira.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a estrada que liga a

sede do município ao distrito de Oroitê, em Iporã, apresenta constantemente péssimas condições de tráfego, principalmente em épocas de chuvas, quando o seu leito carroçável fica quase que totalmente tomado por erosão, sugerimos ao Sr. Secretário que viabilize a obra, passando pelas estradas Elizabete e Flórida, satisfazendo antiga reivindicação dos moradores daquela localidade.

REQUERIMENTO N° 1818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Sr. José Moacir Favetti, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que sejam determinados estudos para a construção da sede própria da 49.^a CIRETRAN, no município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao ilustre Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, ao Vereador Antônio Vicente do Carmo e ao Vereador Moisés Mendes Sanches.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

De acordo com afirmações do Vereador Antônio Vicente do Carmo, o município doou ao Governo do Estado, através da Lei Municipal n° 19/85 de 17.07.85, uma área de terra de 1.800m² destinada à construção da sede própria da 49.^a CIRETRAN de Iporã, com objetivo de dar melhor atendimento ao público em geral e melhores acomodações aos seus servidores. No entanto, até o presente momento, nem sequer foi feito o projeto para a realização de tal obra. O pedido, além de se caracterizar como uma urgente medida para desafogar o intenso movimento, também seria com o intuito de estabelecer com os munícipes e as autoridades municipais, uma resposta aos anseios da comunidade.

REQUERIMENTO N° 1819

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, solicitando a instalação de lombadas ou outra forma de redutores de velocidade na BR-277, entre o viaduto da BR-116 e o viaduto da linha férrea da RFFSA.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento encontra razão no elevadíssimo número de acidentes ocorridos no trecho em questão, muitos dos

quais com vítimas fatais.

Para melhor ilustrar, encaminhamos na forma do anexo, matéria de jornal desta capital abordando vários acidentes e atropelamentos ocorridos na localidade em questão, numa mesma data.

REQUERIMENTO N° 1823

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após consultado o douto Plenário, que seja encaminhado ao Dr. Fernando Collor de Mello, Excelentíssimo Sr. Presidente da República, com cópia às lideranças do Comando Nacional de Greve dos trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, expediente de moção de apoio às reivindicações salariais reclamadas, sob cujo pretexto a categoria mantém-se em greve desde o último dia 14 de junho.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: NELSON GARCIA, JOÃO PREIS, DUÍLIO GENARI, NILTON BARBOSA, CEZAR SILVESTRI e JOSÉ ARTHUR RITTI.

JUSTIFICATIVA:

Ao curso de mais de meio século de atividades, os servidores do IBGE, em nenhuma quadra como nesta atual, têm sido tão desmerecidos em suas reivindicações, quer de condições de serviços como, de forma mais contundente, as salariais.

Especificamente por estas razões, desde o último dia 14 de junho, depois de sucessivos malogros, sem perspectivas de contornarem o grau das dificuldades financeiras que se impuseram pelas comprovadas, gradativas e imprevisíveis perdas salariais oriundas da inflação pulsante.

É por demais significativa e importante a execução dos serviços do IBGE para que o Governo Federal se omita de auscultar e promover os anseios que reclamam relegados.

Ainda mais significativos e importantes os seus serviços quando temos imediatamente à frente a realização do postergado Censo Demográfico Pátrio, o último deste milênio, que ascende no mais alto das necessidades políticas, porquanto é que fotografa o país, dos mais esconsos rincões à majestade das nossas metrópoles, povoadas de brasileiros que anseiam políticas consentâneas com a medida de suas necessidades.

Sobrepostas às pesquisas vitais, direcionadas aos mais variados segmentos da sociedade e das atividades econômicas, releva assim, aquela que mede, com precisão, o quanto somos, onde estamos, o que fazemos, quanto ganhamos; que avalia a concentração de renda; que, enfim, produz ~~teja a~~

espécie de referências e se constitui, por isso, no levantamento máximo para a orientação de políticas sociais e de formalização de instrumentos de ação pública.

Impõe-se, por todos os aspectos de que se pode avaliar, desde o comportamento responsável que vem sendo imprimido pela categoria grevista, até o significativo desempenho das atividades que lhe são atribuídas, que o Governo Federal se apresse em promover as medidas restauradoras da dignidade salarial, exaurida depois de tão prolongada omissão.

REQUERIMENTO N° 1824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que as rodovias BR-277 e 376, trecho Curitiba-Ponta Grossa-Curitiba, possui inúmeros retornos clandestinos;

CONSIDERANDO que o projeto original das rodovias não está sendo respeitado;

CONSIDERANDO ocorrência de inúmeros acidentes graves, face retornos irregulares;

REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Antônio Carlos Perruci Loureiro Alves, Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, Setor Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes, Q-03, Lote A, 4° andar, CEP 70062, Brasília, Distrito Federal; Edy Nakamura, Chefe do 9° Distrito Rodoviário Federal, Av. Vítor Ferreira do Amaral, s/n, CEP 82800, Curitiba, Paraná, solicitando que determinem urgente vistoria e interditamento dos retornos clandestinos.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

O projeto original da duplicação da Rodovia Curitiba - Ponta Grossa - Curitiba prevê contornos regulares; entretanto, os irregulares, estão proliferando de uma maneira acentuada, causando com isso inúmeros acidentes de grande monta.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 316/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado por esta lei, o Governo do Estado do Paraná, a criar, por decreto, o DESTACAMENTO DA SENTINELA ESCOLAR ESTADUAL, destinado a prestar serviços nas escolas estaduais de 1° e 2° graus de ensino.

Art. 2° - O Destacamento da Sentinela Escolar Estadual será formado por pessoas devidamente treinadas e aptas para prestar serviços junto às escolas estaduais, entre as quais destaque-se:

a). Vigilância constante da movimentação estudantil nos horários de aula, nos recreios e saídas,

b). policiamento preventivo dos acessos às escolas e em seus arredores, afastando pessoas estranhas às atividades escolares, quer em suas dependências, quer nos locais de acesso às mesmas;

c). orientação permanente aos alunos, quanto a problemas oriundos do trânsito, da violência urbana, do aliciamento de narcotraficantes e de outros fatos extra-sala que possam ameaçar ou violar seus direitos;

d). prestação dos primeiros socorros aos alunos em casos de acidentes.

Parágrafo Único - Os componentes do Destacamento da Sentinela Escolar Estadual serão designados "SENTINELAS ESCOLARES", deverão usar fardamento especial e equipamento próprio para o exercício de suas funções e ter escolaridade mínima de 1° grau de ensino.

Art. 3° - O Destacamento da Sentinela Escolar Estadual será subordinado e mantido pela Polícia Militar do Paraná e seu pessoal será regido pelas normas e estatutos dessa corporação.

Parágrafo Único - Quanto à execução de tarefas e distribuição dos sentinelas escolares nas escolas, os atos serão baixados em resoluções conjuntas entre a Polícia Militar do Estado e a Secretaria de Estado da Educação.

Art. 4° - Fica também autorizado o Governo do Estado do Paraná a programar no Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1991, verba específica para a execução gradual desta Lei.

Parágrafo Único - Para as despesas decorrentes da implantação inicial deste programa, fica aprovado um crédito suplementar no valor de CR\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), ao orçamento da Polícia Militar do Estado do Paraná, proveniente do excedente de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1°, inciso II, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

De acordo com as atribuições regimentais desta Casa de Leis e fundamentado no artigo 65 da Constituição Estadual vigente, tomo a iniciativa de apresentar a presente lei para ser discutida e, se for da vontade dos Senhores Parlamentares desta Casa, ser aprovada.

A lei em epígrafe não fere o disposto no artigo 66 e incisos, da Constituição Estadual, pois não cria cargos, mas tão somente autoriza o Governo do Estado a

Curitiba, quarta, em 07.08.91

criar o Destacamento da Sentinela Escolar Estadual, através de decreto, com fins específicos definidos nesta lei.

Quanto aos recursos financeiros para execução desta Lei, estão especificados no artigo 4º e parágrafo único da mesma, dentro das normas constitucionais e legais.

Diz o artigo 227 da Constituição Federal vigente:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Inspirado no dever constitucional acima descrito e na obra: "Pelotão escolar", do renomado eminente Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, decidimos apresentar também, a nível de Estado, este projeto de lei, que delega ao Poder Executivo Estadual competência legal para criação, por decreto, do Destacamento da Sentinela Escolar Estadual, com a finalidade precípua de atender às crianças e adolescentes que vêm às escolas e nelas permanecem por certo período.

A escola é a continuidade do lar. E entre a escola e o lar, há um caminho a percorrer, um lado vazio a cuidar: é o portão da escola; é a rua que passa defronte escola, por onde os alunos passam todos os dias; são os arredores da escola; são os pátios da escola.

Há pessoas estranhas circulando pelos locais de estudos, com objetivos escusos, muitas vezes, mal intencionados.

Os grandes centros habitacionais, no Paraná, como Maringá, Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Cascavel, e outros de médio porte, e mesmo os de pequeno porte, estão sofrendo os males do final do século XX: violência urbana, sequestros, aliciamento dos narcotraficantes, invadindo o recinto das escolas até.

Nada de medidas paliativas! Nada de omissões com relação às crianças e adolescentes! Está aí para ser cumprido o Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz ser "dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente". (Art. 70, do Estatuto).

As direções das escolas Estaduais, bem como seus professores e auxiliares administrativos, têm autonomia apenas no recinto escolar, mas não podem agir na periferia da escola, nem mesmo nos locais de acesso dos alunos. A presença do "SENTINELA ESCOLAR" é indispensável.

Bem sabemos que o Estado do Paraná,

através de seu Governador Roberto Requião, muito terá por fazer até a plena execução deste projeto, ora modesto, mas significativo.

Senhores Deputados, Senhor Presidente! Esta é a justificativa de nosso projeto.

PROJETO DE LEI Nº 317/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, com Sede e Fórum em Icaraíma.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da entidade, tendo em vista seus objetivos educacionais, mormente nas áreas de Fisioterapia, fonoaudiologia, alimentação, cujos objetivos têm-se materializado ao longo de sua trajetória.

Deve-se destacar, outrossim, sua importância no entrosamento dos alunos com suas famílias e com a comunidade em geral, de forma a integrar o excepcional na sociedade para uma convivência normal.

Além disso, é de importância vital o trabalho de prevenção à excepcionalidade.

Para tanto necessita ampliar suas condições de sobrevivência através de obtenção de recursos em vários setores, para os quais necessita de reconhecimento como entidade de Utilidade Pública.

Estando por fim, acostada a documentação que atende rigorosamente aos preceitos estatuídos pela Lei nº 1994, de 1978, está o referido projeto em condições de merecer a aprovação pelo colendo Plenário.

PROJETO DE LEI Nº 318/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche Nossa Senhora do Carmo, de Paranavaí- Pr.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita com base na Lei nº 6994, tendo em vista que a Creche Nossa Senhora do Carmo, de Paranavaí- PR, é cumpridora de todos os quesitos previstos em seu artigo 1º.

A Creche Nossa Senhora do Carmo foi fundada no dia 12.09.88, é possuidora de personalidade Jurídica tendo seus estatutos registrados no Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Paranavaí.

Possui o CGC sob n° 80.890.387/0001-38, e está sediada atualmente na Rua Mato Grosso, 1137, em Paranavaí- Pr.

Sua diretoria não possui nenhuma forma de benefícios ou remuneração.

Suas atividades foram ininterruptas desde sua fundação, seu relatório referente a 1990, demonstra seus bons serviços e o cumprimento de seus objetivos que são o de assistência social a menores, mães e serviços à comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Aberta a sessão. Lida e aprovada a Ata. Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para informar à Casa sobre um Pedido de Informações que solicitei junto à Comissão de Fiscalização. Acho importante porque essa solicitação fará com que o Governo responda a esta Casa, sobre os gastos exacerbados com a sua publicidade.

No dia 09 de julho, remeti um ofício ao Presidente da Comissão de Fiscalização no seguinte teor:

(Lê conforme xerox anexo).

Curitiba, 09 de julho de 1991.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Duílio Genari
Digníssimo Presidente da
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
Assembléia Legislativa do Paraná.

Senhor Presidente.

Como Deputado e cidadão, tomo a liberdade de encaminhar à consideração da douta Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa o anexo arrazoado sobre a desmedida campanha publicitária desenvolvida pelo Banco do Estado do Paraná, campanha cujo custo, afigura-se como muito acima de qualquer parâmetro de bom senso e que, pelo cunho das mensagens está sendo repudiada pela opinião pública do Estado.

Com esse arrazoado, que espero merecer a consideração dessa Comissão, estou propondo o encaminhamento de pedido de informações ao Senhor Presidente do BANESTADO, para que o fato, fique devidamente esclarecido e para que possam ser tomadas as medidas cabíveis.

Coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

(a) MÁRIO BEZERRA

Estou informando à Casa, porque já fui informado pelo Presidente da Comissão de Fiscalização, o nobre companheiro Duílio, que na terça-feira, os membros da Comissão serão convocados.

Então faço um apelo aqui para que todos compareçam afim de que a Comissão delibere sobre o assunto.

Remeti também Ofício ao doutor João Cândido da Cunha Pereira no seguinte teor:

Curitiba, 09 de julho de 1991.

Excelentíssimo Senhor
Doutor João Cândido da Cunha Pereira
Digníssimo Presidente do
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Nesta Capital.

Senhor Presidente.

Usando da faculdade concedida pelo Art. 7º, § 2º, da Constituição do Estado do Paraná, encaminho ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná considerações sobre a intensidade e o cunho das mensagens publicitárias veiculadas pelo Banco do Estado do Paraná na mídia eletrônica e impressa no âmbito do Estado e fora dele, que constitui, no meu entendimento, má aplicação de recursos públicos, suscitando, portanto, pronta ação desse Tribunal no sentido de proceder à auditoria nas contas daquela instituição oficial de crédito, instituídas e mantidas pelo Poder Público, conforme dispositivos do Art. 75 da Constituição Estadual.

Com cordiais cumprimentos, coloco-me à disposição para esclarecimentos.

(a) MÁRIO BEZERRA

Não se questiona o fato de o Banco do Estado do Paraná procurar, por meio de anúncios e campanhas institucionais, ampliar a fatia de mercado no qual opera.

É cediço ser a propaganda fundamental para os negócios e para as atividades humanas de modo geral. A comunicação é a essência da vida social.

O que se questiona, nas circunstâncias, é o conteúdo das mensagens publicitárias que estão sendo veiculadas pelo BANESTADO bem como a inusitada intensidade com que têm sido veiculados os anúncios, demandando, por certo, gastos muito superiores ao retorno a advir dos investimentos nesse nível.

Este Deputado não tem acesso aos valores efetivos que estão sendo despendidos pelo BANESTADO para a veiculação da série de anúncios do Banco em Televisão, Jornais e "Out doors" esses valores, contudo, podem ser aferidos com base nas tabelas de preços praticadas pelos veículos de comunicação.

Cada inserção de anúncio de 30 segundos, sem característica política, custa

CR\$ 10 milhões na Rede Globo, CR\$ 2,8 milhões no SBT e CR\$ 2,3 milhões na Rede Manchete perfazendo CR\$ 15 milhões apenas uma inserção diária somente nessas três redes.

Dez inserções diárias representam dispêndio de CR\$ 4,5 bilhões que devem ser acrescidos do custo de produção dos anúncios e da taxa de veiculação, habitualmente de 20%; algo em torno de CR\$ 900 milhões.

Esses gastos, referem-se apenas a anúncios veiculados na televisão no período de um mês nas emissoras do Estado.

Com veiculação dos anúncios em todos os jornais do Paraná e em jornais e emissoras de televisão de fora do Estado com essa intensidade, pode-se supor estar o BANESTADO gastando CR\$ 10 bilhões mensais em propaganda, duas vezes mais que os investimentos globais destinados à educação, 15 vezes mais que os investimentos mensais pretendidos para a área de segurança pública, conforme dados divulgados sobre os primeiros cem dias do Governo Requião.

São recursos por demais elevados para serem desperdiçados numa campanha promocional de conteúdo altamente discutível tanto do ponto de vista da ética quanto ao de retorno ao Banco em termos da expansão de seus negócios e dos resultados financeiros para instituição que, como enfatizam os anúncios, é do povo do Paraná.

A primeira série de anúncios mostra a imagem de um sócio do Senador José Eduardo Vieira, com a finalidade de denegrir o conceito do banqueiro privado. Não tem outra conotação a mensagem de que o banco privado só serve para dar uma vida melhor ao banqueiro.

A segunda série reproduz imagens e declarações dos Presidentes do Bamerindus e do Banestado, ressaltando o fato de o Banestado concentrar a quase totalidade de suas aplicações no Paraná, enquanto o Bamerindus aplica a maior parte de seus recursos em outros Estados. O Banco Oficial, do povo do Paraná, gasta uma fortuna em maciças veiculações em jornais e televisão de fora do Estado para fazer propaganda do concorrente, para dizer em outras praças financeiras que ele é um Banco que só se preocupa em realizar negócios no Paraná.

A terceira série tem como tema a utilização do helicóptero. Se o Banco privado usa o seu helicóptero para transportar o banqueiro esse é um assunto de economia doméstica do Banco. Questionável é a utilização do helicóptero pelo Banco oficial em atividades estranhas à sua área de atuação, mesmo que louvavelmente ajudando às tarefas de segurança pública; uma função eminentemente do Estado e não de uma instituição financeira oficial, sabidamente em dificuldades financeiras.

Segundo dados do Banco Central, o Banestado registrou nos quatro primeiros meses do ano um prejuízo de Cr\$ 6,6 bilhões, tomando, mesmo assim, a decisão de gastar em um mês Cr\$ 10 bilhões, sem considerar os gastos com a inserção, em duas edições consecutivas em todos os jornais do Paraná e nos principais veículos do País, de anúncio-chamada para a participação do Governo Roberto Requião de Melo e Silva no programa Crítica e Autocrítica, da Rede Bandeirantes.

A evidência desse patrocínio está nas declarações do diretor de agências regionais da MPM propaganda, publicadas na edição de 5 de junho do jornal "Folha de Londrina".

A empresa privada pode decidir com inteira liberdade do tipo de orientação imprimida à sua gestão e aos seus negócios nos limites da licitude, tendo de prestar contas somente a seus acionistas ou sócios da estratégia adotada e das decisões tomadas.

Embora constituído sob a forma de sociedade anônima, o Banco do Estado do Paraná é, em essência, uma empresa pública, com controle e capital majoritário do Estado, 65%, com dotação de recursos orçamentários, com a livre designação de seu Presidente e Diretores pelo Governador do Estado. Um Banco que administra volumosos recursos públicos, além de deter o mercado cativo da folha de pagamento do funcionalismo.

No orçamento para este exercício foram alocados ao Banestado, Cr\$ 96 milhões, em valores da época da elaboração, representando a preços de hoje perto de Cr\$ 200 milhões.

Com a extinção do BADEP e a transferência das funções de fomento econômico para o Banestado, é lícito inferir-se que as dotações originalmente consignadas ao extinto Banco de Desenvolvimento, de Cr\$ 4,3 bilhões, em valores históricos, sejam recolocados para o Banestado que deverá ser o aplicador de mais de Cr\$ 3 bilhões de recursos destinados ao FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico para financiar atividades produtivas.

Há uma substancial soma de recursos colocada sob a gestão do Banestado. Estabelece a Constituição do Estado do Paraná.

Art. 75 - O controle, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

II - Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que deram causa à perda, extravio ou

outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

Art. 133 - ...

§ 6º - A lei orçamentária anual compreenderá:

III - O orçamento de investimentos das empresas públicas e daquelas em que o Estado, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Em face do exposto, amparado pelo disposto no Art. 57 da Constituição Estadual e pela faculdade conferida pelo Art. 62, IV, este Deputado exorta essa Comissão a, conforme os Arts. 28, V 131, 135, § 1º e 2º., todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a enviar pedido de informações ao Senhor Presidente do Banestado para que, observado o disposto nos Arts. 55, parágrafo único, e 74, parágrafo único, da Constituição Estadual, preste esclarecimentos a esta Casa sobre os seguintes quesitos:

1 - O nome da agência, ou agências, que produziu o anúncio, para televisão e jornal, no qual aparece a imagem de sócia do Cidadão José Eduardo de Andrade Vieira.

2 - Se houve ou não licitação para escolha da agência que é e se não houve qual a justificativa para a dispensa.

3 - O preço pago à agência, ou agências, para a produção do anúncio, com cópias da autorização do Banco para sua produção.

4 - O nome das emissoras de televisão nas quais foi veiculado o anúncio, com o número de inserções diárias em cada uma delas, o horário e o número de dias em que o anúncio foi exibido, inclusive emissoras de fora do Estado.

5 - O nome dos jornais do Estado e de fora deles nos quais foi publicado o anúncio e os dias das inserções.

6 - As razões que levaram o Banco a veicular o anúncio em emissoras de televisão e jornais de fora do Estado.

7 - O preço pago ou a pagar a cada uma das emissoras e jornais para veiculação do anúncio, com cópia da autorização do Banco a cada veículo ou agência através da qual se fez a veiculação.

8 - O nome da agência que produziu o anúncio para televisão e jornal tendo como mote, declarações dos Presidentes do Bamerindus e Banestado sobre a ênfase territorial nas suas aplicações dos respectivos Bancos.

9 - Se houve ou não licitação para a produção dos anúncios para televisão e jornal, e se não, as razões de sua dispensa.

10 - O preço pago para a produção dos anúncios para televisão e jornal.

11 - O nome das emissoras nas quais foi veiculado o anúncio, com o número de

inserções diárias em cada uma delas, o horário e o número de dias em que o anúncio foi exibido, incluindo emissoras de outros Estados.

12 - As razões que levaram o Banco a veicular o anúncio em emissoras de fora do Estado.

13 - O preço pago ou a pagar a cada uma das emissoras para exibição do anúncio, com cópia da autorização do Banco a cada emissora ou agência através da qual o anúncio foi veiculado.

14 - O nome dos jornais do Paraná e de fora do Estado nos quais foi publicado o anúncio estampando declarações e imagens dos Presidentes do Bamerindus e do Banestado, com as datas das inserções.

15 - O preço pago a cada um dos veículos pelas inserções com cópia da autorização do Banco para a veiculação, à agência ou diretamente ao veículo.

16 - O nome da empresa que produziu os "out-doors" com imagens e declarações dos Presidentes do Bamerindus e do Banestado.

17 - O gasto efetuado com a utilização desse meio de publicidade.

18 - O nome da agência, ou agências, que produziu o anúncio sobre a utilização do helicóptero pelo Banestado e por Banco privado.

19 - O preço pago para a produção do anúncio e se houve ou não licitação para a sua produção.

20 - O nome das emissoras nas quais foi veiculado o anúncio, no Estado e fora dele, com o número das inserções diárias em cada uma delas, o horário e o número de dias da veiculação.

21 - Em caso afirmativo, as razões que levaram o Banco a veicular o anúncio em emissoras fora do Estado.

22 - O preço pago ou a pagar a cada uma das emissoras pela exibição do anúncio, com cópia da autorização do Banco para sua veiculação.

23 - O nome da agência que produziu o anúncio-chamada para a participação do Governo Roberto Requião no programa Crítica e Autocrítica, da Rede Bandeirantes de Televisão.

24 - O preço pago para a produção do anúncio, tanto para jornal como para televisão.

25 - O nome dos jornais nos quais foi veiculado o anúncio, do Paraná e de outros Estados, e a data das edições nos quais o anúncio foi veiculado.

26 - O preço pago à cada empresa jornalística para a veiculação, do anúncio com cópia da autorização do Banco para sua veiculação.

27 - As razões que levaram o Banco a veicular o anúncio com imagem e declarações dos Presidentes do Bamerindus e do Banestado em jornais e emissoras de tele-

visão de fora do Estado, quando enfatiza que o Banestado concentra a maior parte de suas aplicações no Paraná, em contraposição ao Bamerindus que dirige a maior parte de suas aplicações a outras praças financeiras.

28 - Esclarecer se os responsáveis pela gestão do Banestado analisaram as implicações legais da utilização, em anúncios, de imagem de sócia do cidadão José Eduardo de Andrade Vieira como se ele fosse, com o propósito de execrá-lo perante a opinião pública.

29 - Esclarecer se o BANESTADO solicitou permissão do cidadão Maurício Schulman para utilização de sua imagem em anúncio em Jornal, televisão e "out-doors", para preservar-se de infração constitucional e a eventual reparação indenizatória.

Senhores Deputados: o meu pedido de informações, eu acredito que vai ser muito difícil o Sr. Governador explicar. Mas eu acho que será uma prova para a opinião pública do Paraná de que a Assembléia não é conivente com o desperdício do dinheiro público.

Outra coisa, eu gostaria de salientar que o Secretário da Casa Civil do Governo do Paraná, atravessou o meu pedido de informações. Eu não sei como é que chegou às mãos dele esse pedido, sendo que foi encaminhado simplesmente ao Presidente da Comissão de Fiscalização e ao Presidente do Tribunal de Contas do Paraná.

O Senhor Presidente, ou seja, o Senhor Secretário da Casa Civil, foi aos jornais para tentar denegrir a minha imagem no Paraná, dizendo que eu deveria voltar aos bancos escolares e aprender a tabuada.

Portanto, é muito estranho Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Senhor Chefe da Casa Civil atravesse nos trabalhos desta Assembléia. Eu quero que ele contribua para com as respostas das minhas indagações. E, solicito ao Presidente da Comissão de Fiscalização, Deputado Duílio Genari, que se empenhe nessas informações que eu solicito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Há pouco, o Deputado que me antecedeu nessa Tribuna, citou e se referiu aos gastos e a campanha milionária que o Banestado promove no Estado do Paraná.

O Banco do Estado, que é o Banco do povo do Paraná, o qual esta mesma propaganda diz que é o banco que serve à dona de casa, ao trabalhador, serve também ao empresário competente, este Banco do Estado do Paraná foi, na gestão do Governo

passado, caixa 2 do Governo do Estado do Paraná, abrindo uma linha de crédito especial denominada "Linha Pró Empreiteiro". Então, o Banco do Povo do Paraná financiou, no passado, aos empreiteiros do Estado do Paraná.

Mas, agora, nesta guerra com o Banco Bamerindus, parece que o Banco do Estado do Paraná resolveu dar mais um passo à frente. E agora nós estamos verificando pela imprensa que o Banco do Povo do Paraná, que segundo a propaganda oficial, se destina a financiar os setores produtivos do nosso Estado, abre uma nova linha de crédito. A linha de crédito que eu poderia denominar "Pró-Magnatas", é a nova linha de crédito que o Banco do Estado do Paraná abre, que é para financiamento de automóveis importados!

Vejam, Srs. Deputados! Agora, o Banco do Estado do Paraná vai financiar automóveis importados! Cinqüenta, cem mil dólares, afinal de contas este mesmo Banco que financiou as rodovias no Paraná, precisa agora ter automóveis à altura destas rodovias, não é?!

Então, ele vai financiar, além do empresário competente, também o "playboy" insolvente! Para que ele possa exibir a sua "Ferrari", a sua "Mercedes". E olha, eu até estou preocupado, porque acho que o Bamerindus vai contra-atacar abrindo uma linha para financiamento de jet-sky. E aí o Governo contra-ataca e abre um financiamento para iates, e a coisa vai por aí. O Banco do Povo do Paraná!

Mas, Senhor Presidente, eu quero me referir agora ao assunto principal que me trouxe a esta tribuna. Recentemente, cerca de trezentas famílias, mil e duzentas pessoas ocuparam uma área de terras improdutivas no Município de Londrina, uma área de aproximadamente dois mil alqueires de terras sem utilização para produção. E o proprietário da terra, que é um grande latifundiário de São Paulo, entrou com uma ação de reintegração de posse na Justiça.

O Juiz determinou a retirada, através de oficial de justiça, dos ocupantes da fazenda, em sua grande maioria "bóias-frias", assalariados, arrendatários.

Todavia, o processo judicial estava eivado de erros e vícios, pois no processo judicial não constava a citação de nenhuma das pessoas que estavam ocupando aquele imóvel, ou seja, não havia a identificação de nenhum dos ocupantes do imóvel, denominado Fazenda Guairacá.

E aí, exatamente neste momento, em que o Governador do Estado do Paraná faz um "carnaval" pela imprensa a nível nacional, abrindo os arquivos do DOPS, dizendo que acabou a "deduração" política, a censura política, a espionagem, exatamente neste momento em que o Governador do Estado do

Paraná abre os arquivos do DOPS para a opinião pública, nós constatamos na Cidade de Londrina, que o serviço de informação da Polícia Militar do Estado do Paraná ingressou na área que era ocupada por estas famílias, através do Tenente Maurício Tortato e o soldado Valmir Alexandre Alves, os quais se fazendo passar por repórteres, ingressaram na área e começaram a fotografar os ocupantes para sua identificação. É um caso típico em que a força policial do Estado, um órgão público está sendo colocado a serviço de colher provas para um fazendeiro poder sanar o seu processo judicial. Exatamente neste momento em que o Governador do Estado faz uma campanha, a nível nacional, tentando passar a idéia de que no Paraná não existe mais espionagem política, este serviço de espionagem foi transferido para a Polícia Militar do Estado do Paraná. Mas nós não vamos esquecer, jamais, o episódio do DCE que até hoje não foi resolvido, até este momento não foi respondido. Esse Governador que aparece dando tiros em "stand" de tiro, aparece como policial em barricadas, este mesmo Governador que naquela ação policial, àquela época acabou culminando com a invasão do DCE e até este momento não foram sequer apontados os responsáveis por esta operação. Agora isso, a imprensa não publica, essa contradição do Governo que, neste momento abre os fichários do DOPS, mas mantém o serviço de informação da Polícia Militar, invade o Diretório Central dos Estudantes, isso ninguém fala!

Então, nesse sentido nós queremos aqui chamar a atenção do Governador do Estado, para que tenha coerência, que esta campanha na mídia para passar uma imagem de democrata, ela precisa vir acompanhada dos exemplos concretos, precisa ser coerentes com as ações do Governo! E mais do que isso, nós estamos aqui apelando ao Governador do Estado do Paraná que não defira o pedido de reforço policial para desalojar as 300 famílias que se encontram no imóvel Guairacá. Nós entendemos que nesse momento em que o Governo Federal se nega a fazer a reforma agrária que pessoas famintas ocupam áreas improdutivas para dar de comer aos seus, é fundamental que o Governo do Estado se coloque ao lado dos trabalhadores e dos oprimidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrando o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedemos a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins.

(Declina).

Passamos ao Horário das Lideranças. Não havendo oradores inscritos, passamos à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n. SEC-569/91, subscrito pelo Senhor Presidente da Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda, constante do expediente, encaminhando cópia de pedido dirigido ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Telex subscrito pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, constante do expediente, solicitando solução para o retorno das atividades plenas do BRDE. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para fazer um comunicado à Casa, da presença dos alunos da 8ª série do Colégio Bom Jesus, acompanhados do Professor Jorge Briginack. Este grupo se encontra presente nesta Sessão, desta tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa agradece a comunicação e mais uma vez sente-se honrada com a presença dos alunos que já durante a semana têm estado acompanhando os trabalhos e procurando ouvir dos Senhores Parlamentares, opiniões a respeito do funcionamento da Casa. A Casa sente-se honrada com a presença dos estudantes.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 077/91, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA e OUTROS, que cria a Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142 da Constituição Estadual e define a sua

alocação e gestão pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F.. Com EMENDA DA C.F.. EMENDAS DE PLENÁRIO, com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., às págs. ns. 01, 02, 03, 04, 06 e 08 e contrário às de ns. 05 e 07, com SUBEMENDA, todos por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas em n. de 06 (seis), de autoria de vários Senhores Deputados, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBEMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 77/91

A Emenda Substitutiva Geral n° 01, apresentada ao Projeto de Lei Complementar n° 77/91.

Acrescente-se ao Artigo 2° da Emenda substitutiva Geral os seguintes parágrafos:

§ 4° - Dos recursos recebidos pelo Estado a título de "royalties" 15% (quinze por cento) serão destinados à habitação popular através da COHAPAR e a Educação na proporção de 10% (dez por cento) para a primeira e 5% para a segunda.

§ 5° - Aos recursos destinados no § anterior não incide a disposição do parágrafo único do artigo 5°.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

Apoio: Cleiton Kielse, Plauto Miró Guimarães e João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente subemenda, garantir recursos a setores prioritários do Estado deficitários e carentes, senão solucionando os problemas existentes, pelo menos os amainando ou reduzindo.

EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 77/91

Em que regulamenta a política de aplicação dos recursos provenientes dos "Royalties".

Onde couber...

"Artigo ...- recursos financeiros de 20% (vinte por cento) das parcelas asseguradas ao Estado do Paraná, serão anualmente destinados ao órgão estadual responsável pela gestão dos recursos hídricos e proteção do meio ambiente."

"Parágrafo Único - Os recursos serão alocados mediante apresentação de projetos aprovados pela Comissão, garantindo-se aplicação do percentual mínimo estabelecido no "caput" deste artigo ao órgão esta-

dual responsável pela gestão dos recursos hídricos e proteção do meio ambiente.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoio: Doutor Rosinha, Ernani Pudell, Mário Bezerra, Plauto Miró Guimarães e Severino Félix.

JUSTIFICATIVA:

A filosofia de criação dos "royalties" e das compensações financeiras, visa um ressarcimento aos municípios e Estados atingidos por reservatórios de hidrelétricas e atividades exploradoras de recursos minerais e petróleo, e que sofreram, como consequência, perdas de ordem social ou econômica. Além dessas perdas, e não menos importantes, registram-se as perdas ambientais causadas pela mudança de regime de escoamento dos rios, a destruição da flora e da fauna aquática e terrestre, bem como os decorrentes danos ambientais causados por projetos de mineração e prospecção de petróleo.

O que se tem verificado é que essa crescente utilização dos recursos naturais fazem a sociedade pressionar o órgão ambiental a um maior envolvimento em termos de monitoramento, licenciamento, análise de Relatórios de Impacto Ambiental, verificação da implantação de medidas minimizadoras de impacto, e outros, incremento de atividade esse extremamente oneroso e que necessita de um aporte adicional de recursos. Nada mais justo, portanto, que parte dos recursos arrecadados via pagamento de "royalties" e compensações financeiras seja alocado ao órgão de proteção ambiental, para que o mesmo possa cumprir adequadamente suas tarefas.

Por outro lado, esta justa reivindicação se espelha na legislação federal que regulamenta a matéria - leis n°s. 7990 de 28/12/89 e 8001 de 13/04/90, que atribui ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, 8% dos "royalties" e compensações financeiras gerados em todo o País, para aplicação em gerenciamento de recursos hídricos e operação de rede de monitoramento dos rios. A nível de Estado do Paraná, é a atual SUREHMA e, futuramente o novo órgão ambiental resultante da fusão da SUREHMA e ITCF, o responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos do Estado, bem como pelo seu monitoramento quantitativo e qualitativo.

Assim, a presente emenda está duplamente consubstanciada: segue a filosofia inicial da criação dos royalties e das compensações financeiras como ressarcimento a perdas econômicas e ambientais, e também reflete a lei federal que contempla o órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos.

EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 77/91

Acrescente-se onde couber:...

"Art.- Dos recursos atribuídos ao Estado, 3% (três) por cento serão destinados e distribuídos aos municípios marginais ao Rio Iguaçu, ficando excluídos os municípios já beneficiados por Lei Federal."

Sala das Comissões, em 29.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento: José Afonso Júnior, Mário Bezerra, Alceu Swarowski, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix e Albino Corazza.

JUSTIFICATIVA:

Para que seja plena, justa e equitativa a distribuição dos "royalties" atribuídos compensatoriamente pela ITAIPU BINACIONAL ao Estado do Paraná, torna-se necessário incluir em sua distribuição os municípios marginais ao rio Iguaçu. Histórica via negável de nosso Estado, há décadas vem se mantendo na condição de grande abastecedor de hidrelétricas, enchendo e mantendo seus reservatórios e gerando energia. O rio Iguaçu, que já teve seus dias de glória, hoje está esquecido, bem como, os municípios marginais, a montante ou a jusante das hidrelétricas.

A aplicação dos recursos advindos dos "royalties" permitirão a esses municípios - dentro dos padrões mundiais preconizados pela ecologia e defesa ambiental - a manutenção de matas ciliares, conforme prevê o PDFI - Programa de Desenvolvimento Florestal Integrado do nosso ITCF, a produção dos RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, além de criação de áreas de lazer municipais.

Cumpra investir esses recursos na prevenção de acidentes climáticos, como enchentes e secas, através da adequação de sistemas de escoamento, irrigação e drenagem.

EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 77/91

Acrescente-se onde couber:...

"Art.- Dos recursos atribuídos ao Estado, sejam destinados 3% (três) por cento a: SESB - Secretaria de Estado da Saúde, para que esta através da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, forneça às pessoas comprovadamente carentes, óculos de grau, cadeiras de rodas, aparelhos Auditivos e prótese dentária total e aparelhos mecânicos."

Sala das Comissões, em 29.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento: José Afonso Júnior, Mário Bezerra, Plauto Miró Guimarães, Alceu Swarowski, Severino Félix e Albino Corazza.

JUSTIFICATIVA:

É sabido da existência de famílias cuja renda não ultrapassa o Salário Mínimo, fazendo com que caso necessitem para si ou para um familiar, qualquer atendimento que é um direito como cidadão de um Estado capaz de suprir as necessidades sociais do mais carente.

Não vemos um atendimento humanizado e democrático efetivamente realizado pelo Estado, legítimo executor das ações e administrações sociais.

Objetiva, nossa Emenda, acabar com qualquer pressão que exercer o político sobre os eleitores e visa disciplinar o uso dos recursos obtidos pelos "ROYALTIES" da ITAIPU BINACIONAL ao Estado do Paraná.

EMENDA SUPRESSIVA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 77/91

Suprima-se do parágrafo único do artigo 5° do Projeto de Lei n. 077/91 a frase: "o retorno das aplicações e suas respectivas garantias". Em consequência, o mencionado parágrafo passará a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único - A aplicação dos recursos será sempre precedida da apresentação do Projeto Contendo Análise Econômica, Social e Ambiental do Investimento."

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

José Afonso Júnior, Mário Bezerra, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Hermas Brandão, João Iensen, Rossoni, Plauto Miró Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Toda prospecção, mineral é um contrato de risco, podendo ou não trazer retorno. Daí a emenda para contemplar o pleito da Associação de Geólogos Profissionais do Paraná. Conforme memorial anexo.

EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 77/91

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo e parágrafo único, ao Projeto de Lei Complementar n° 77/91.

Art.... - Fica destinado 2% (dois por cento) para a criação, manutenção e desenvolvimento de atividades do Fundo de Reflorestamento e plantação de aquisição de áreas de matas nativas no Estado.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo regulamentará o contido no "caput" deste artigo, num prazo de 60 dias (sessenta), a partir da publicação desta Lei.

Sala das Sessões, em 28.05.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento: Rossoni, Mário Bezerra, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Antônio Anibelli, João Iensen.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda objetiva de forma prática dar condições a que o Estado possa criar e manter o reflorestamento e aquisição de matas nativas, ampliando desta forma outros programas semelhantes já existentes.

É patente nos dias de hoje as agressões ao meio ambiente em nome de um pseudo progresso.

Se o resultado desse progresso, como é o caso do projeto de lei em tela, trará benefícios financeiros a áreas específicas, não poderíamos deixar de propor a destinação destes recursos para a recuperação das florestas e das matas nativas do qual o Estado do Paraná ressenete-se na atualidade.

Diante do exposto, contamos com a aprovação dos nobres Pares desta Comissão para a aprovação desta Emenda Aditiva.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS AO PROJETO DE LEI N° 77/91

PARECER:

Em analisando as Emendas apresentadas, ao Projeto de Lei Complementar n° 077/91, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, que cria a Comissão Responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142 da Constituição Estadual e define a sua alocação e gestão pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico FDE, sob os aspectos Legais, Constitucionais e Regimentais, somos pelos seguintes Pareceres, individualizados na forma que abaixo segue para cada Emenda Apresentada.

EMENDA N° 01 - Substitutiva Geral, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, que implanta a possibilidade dos Recursos dos "Royalties" serem aplicados e repassados aos Municípios pelo Banco do Estado do Paraná, independentemente da situação do FDE, ainda sujeito à liquidação Extrajudicial do BADEP para sua transferência ao BANESEADO.

Destina recursos; bem como reduz os Membros da Comissão, como forma de agilizar os trabalhos a serem desenvolvidos.

Parecer Favorável à apreciação pelo Plenário.

EMENDA N° 02 - Aditiva, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca, destina 0.3% (três por cento) dos recursos atribuídos ao Estado, para a realização de Projetos e Estudos com o acréscimo de um parágrafo único ao artigo 2°.

Parecer Favorável à apreciação pelo Plenário.

EMENDA N° 03 - Modificativa, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca, modifica o § 1° do artigo 4°, criando o DTP-Departamento Técnico Permanente, para assessoramento da Comissão Partidária.

Parecer Favorável à apreciação pelo Plenário.

EMENDAS N°s 4 e 6 - Aditivas, de autoria dos nobres Deputados Heinz Herwig e outros, estipulam em igual matéria o percentual de 0.5% (cinco por cento) da parcela de distribuição dos "Royalties" destinada ao esporte amador.

Parecer Favorável à apreciação pelo Plenário.

EMENDA N° 5 - aditiva, de autoria do nobre Deputado Luiz Traiano, destina 0.5% (cinco por cento) dos Recursos aos Municípios de Fronteira com outros Países, num raio de 100 km, excluídos os municípios beneficiados por Lei Federal.

Parecer Contrário, em virtude do teor discriminatório que se reveste, atingindo princípios constitucionais da mais alta relevância, como a isonomia e igualdade.

EMENDA N° 7 - aditiva, de autoria do nobre Deputado Nelson Garcia e outros, acrescenta 3% (três por cento) dos recursos previstos aos Municípios de Icaraima, Umuarama, São Jorge do Patrocínio e Altônia.

Parecer Contrário, uma vez que os municípios atingidos, por consequência, serão beneficiados pela aplicação do coeficiente proporcional capitulado no artigo 158 Parágrafo Único, n°s I e II, bem como pela comissão que saberá aplicar os recursos de forma a recompô-los à situação originária.

EMENDA N° 8 - aditiva, de autoria do nobre Deputado Renato Adur, acrescenta Parágrafos ao artigo 5° destinando 11% (onze por cento) dos recursos dos "Royalties" a Educação Especial e reformas, ampliações e construções de estabelecimentos de ensino.

Parecer Favorável a apreciação em Plenário, com subemenda de nossa autoria.

São os Pareceres.

Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Apoiamento: Mário Bezerra, Durval Amaral, José Tavares, Rafael Greca de Macedo, João Iensen, Ovídio Constantino, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães.

Ainda sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente so-

licitando o adiamento por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar n° 077/91. Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Mesa esclarece que deixa de aceitar o Requerimento em função de que o projeto está em regime de urgência e está também com sua discussão encerrada. Portanto, não poderá deixar de fazer parte da votação no dia de hoje.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o nosso Requerimento foi formulado em função de que na Ordem do Dia consta que o Projeto está em votação, mas eu não consigo ler aqui em nenhum local que ele esteja tramitando em Regime de Urgência. Entendemos nós Senhor Presidente, que dado o volume de emendas, algumas até na forma de substitutivo geral ao Projeto e uma dezena de outras emendas, que tanto modifica o projeto original, como também modificam a proposta de substitutivo, que é de autoria do Deputado Neivo Beraldin, ele cria a nós, os Parlamentares, evidentemente a necessidade de que possamos discutir com mais vagar e com mais profundidade, não só o projeto, como também o substitutivo e as demais emendas.

E nós tomamos a liberdade de requerer à Mesa para que adiassemos por dez sessões, primeiro porque não tínhamos tomado talvez o devido cuidado de recorrer à assessoria da Mesa para obter a informação de Regime de Urgência ou não, nos baseamos apenas na Ordem do Dia; e conversando, pelo menos com uma dezena dos Senhores Parlamentares, todos eles entendem que deveríamos marcar para terça-feira da semana que vem uma reunião das Lideranças, envolvendo, porque não os Deputados que subscreveram as emendas juntamente com a Presidência e o Deputado Caíto Quintana, que é autor desse projeto que poderá falar não só em nome dele, mas também do Governo, para que pudéssemos chegar a um entendimento, porque da maneira que está o projeto, o substitutivo e as emendas, se levado a votação, hoje, nós teríamos que dar aprovação ao projeto na forma original e quem sabe desconsiderar todas as emendas porque não temos um juízo formado a cerca dessas emendas, do substitutivo. E temos também, a exemplo de alguns Deputados, como o caso do Deputado Paulo Maia, nos falava ainda há pouco, e o Deputado Ernani Pudell, alguns questionamentos com relação ao texto original. Então, nesse sentido nós apelamos à Presidência de que acate o nosso Requerimento de adiamento de votação para que a gente possa melhor discutir e chegar a um entendimento que possa contribuir para um projeto de boa qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa mantém a decisão e Vossa Excelência poderá retornar amanhã na fase de discussão oferecendo um requerimento para retirada da Ordem do Dia, mesmo porque há emendas neste projeto que não foram apreciadas por nenhuma comissão. Está em votação o projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só um esclarecimento ao Plenário por gentileza. Como Vossa Excelência nos informa que o Projeto consta do Projeto anexado ao projeto-emendas que não foram apreciadas nas Comissões, nós consultamos se não seria oportuno que a Presidência determinasse a devolução do Projeto à Comissão de Constituição e Justiça para que no prazo Regimental pudesse sofrer apreciação essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter à votação o Projeto e faz amanhã, se Vossa Excelência requerer, retornar à Comissão de Justiça para apreciação das emendas, que não serão apreciadas na sessão de hoje.

Em votação o projeto. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. APROVADO.

As emendas serão apreciadas na sessão de amanhã e as que não têm parecer voltarão à Comissão competente para apreciação.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 116/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que autoriza o Poder Executivo a criar e incentivar a criação de 10 escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecção de artigos em couro, nas cidades-pólo da Região Noroeste do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.A.I.C. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI N° 116/91

Acrescente-se ao art. 1° do Projeto de Lei n° 116/91, o seguinte:

"e seis (06) escolas em cidades da região Oeste do Estado", que ficará com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar 10 (dez) escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecção de artigos de couro, nas cidades pólo da região Noroeste do Estado e 6 (seis) escolas em cidades da região Oeste do Estado".

Sala das Sessões, em 07.08.91.

(a) DUÍLIO GENARI

APOIAMENTO:

Dobrandino da Silva, Nilton Barbosa,

Costenaro Neto e Cleiton Kielse.

JUSTIFICATIVA:

Todas as razões apresentadas na justificativa do autor do projeto de lei também se apresentam nas cidades do Oeste do Paraná.

Outrossim, para exemplificar, citamos o município de Toledo, que inclusive já implantou o "Projeto Pólo Têxtil", onde se comprova que o município e a área de abrangência da Cooperativa, conta com uma produção anual de 30 mil toneladas de algodão em caroço. Quando 20 mil toneladas/ano são transformadas em subprodutos (óleo, farelo, etc); 10 mil toneladas/ano, transformadas em pluma, sendo que, 8.700 toneladas têm condições de serem transformadas em fio e 1.300 toneladas de subprodutos, podem ser aproveitadas em indústrias de estopa, capa de fardo, etc).

Justamente o principal problema constatado, é a falta de mão-de-obra especializada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI N° 116/91

P A R E C E R:

A presente Emenda Aditiva, de autoria do nobre Deputado Duílio Genari, visa acrescentar redação ao § 1° do projeto de lei mencionado, ficando o Poder Executivo autorizado também a criar seis (06) escolas em cidades da região Oeste do Estado.

As doudas Comissões de Constituição e Justiça, a qual analisou o aspecto constitucional e legal do projeto e as Comissões de Agricultura, Indústria e Comércio e da Educação, Cultura e Esportes, entendendo se tratar de absoluta oportunidade e interesse ao Estado, manifestaram-se favoravelmente.

Esta Comissão, chamada a opinar e analisar a Emenda Aditiva, nada encontrou que se oponha à aprovação da referida.

Nestas condições, é o nosso parecer favorável à aprovação.

Sala das Comissões em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda Com Parecer da C.C.J. - Aprovada.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 128/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do município de Xambrê, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

EMENDA ADITIVA

AO PROJETO DE LEI N° 128/91

Artigo Único- O Art. 1° do Projeto de Lei n° 128/91, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao patrimônio do município de Xambrê, os lotes n°s 13, 14, 15, 16 e 17, da Quadra 24, daquele município e comarca, cujo terreno está lavrado às fls. 30 do livro 73-P, do 7° Tabelião de Curitiba a Escritura Pública de Doação lavrada no Tabelionato de Xambrê, no livro E-13, fls. 24 a 25, transcrita sob o número 1866 do livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis daquela mesma Comarca".

Sala das Sessões, em 07.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

APOIAMENTO:

Duílio Genari, Rossoni, Mário Bezerra, Arlindo Troian, Nelson Justus e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda faz-se necessária a fim de viabilizar a correta individualização do imóvel objeto da lei em questão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI N° 128/91

P A R E C E R:

Sob nossa análise a proposta de emenda aditiva ao art. 1° do Projeto de Lei n° 128/91, que trata da reversão ao patrimônio do Município de Xambrê de imóvel, conforme especifica.

Em sua justificativa, o ilustre proponente afirma tratar-se de iniciativa objetivando "viabilizar a correta individualização do imóvel objeto da lei em questão".

Neste sentido, não vislumbramos óbice algum à adoção da proposta de emenda aditiva em questão, manifestando nosso parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões em 18.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

OVIDIO CONSTANTINO - Relator

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda com parecer da C.C.J. - Aprovada.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 129/91, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel ao patrimônio do município de Xambrê, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

EMENDA ADITIVA

AO PROJETO DE LEI N° 129/91

Artigo Único- O Art. 1° do Projeto de Lei n° 129/91, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao patrimônio de Xam-

brê, o lote n° 12, da Quadra 24, daquele município de comarca, cujo terreno está lavrado às fls. 102, v°/103, v° do Livro E-8, do Cartório de Notas do Tabelião Aristóteles Coelho Rosa, de Xambê, em 27 de abril de 1970, transcrita sob o número 10.042, no Livro 3-I, do 1° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama."

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) NILTON BARBOSA

APOIAMENTO:

Duílio Genari, Rossoni, Mário Bezerra, Arlindo Troian e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda faz-se necessária a fim de viabilizar a correta individualização do imóvel objeto da lei em questão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI N° 129/91

P A R E C E R:

A Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n° 129/91, ora examinada por esta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, tem por objetivo "viabilizar a correta individualização do imóvel", completando assim os dados relacionados com o mesmo.

Não havendo impedimento legal para a normal tramitação da matéria por esta Casa de Leis, e convencidos da necessidade da complementação pela justificativa anexa à Emenda, somos pela aprovação da mesma.

Assim sendo, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda com Parecer da C.C.J. - Aprovada.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 31/91, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que institui a Microrregião de Pitanga. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 25, de 01.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 31/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei que institui a microrregião de Pitanga, encontra-se em perfeita consonância com o Art. 21 da Constituição do Estado, além de não infringir qualquer previsão contida na Constituição Federal acerca da matéria.

Assim, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento

de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada e o devido arquivamento do Projeto de Lei n° 31/91. - Aprovado.

Fica, portanto, ARQUIVADO o Projeto de Lei n° 31/91.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 212/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro no Município de Santo Antônio do Sudoeste - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Anexo Projeto de Lei n° 220/91, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano). - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 62, de 03.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 212/91

P A R E C E R:

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Santo Antonio do Sudoeste.

A matéria tratada no presente projeto de lei está regulamentada pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e etc.

A exceção do inciso IV do art. 1° da mencionada lei, este projeto preenche todas as demais formalidades.

No nosso entendimento, porém, a atuação das APAE's voltada exclusivamente à prevenção, desenvolvimento e inserção do excepcional na comunidade, é sobejamente conhecida por toda a população e, temos certeza, também por nós Deputados.

Dessa forma, cientes das finalidades altamente meritórias das APAE's, não vemos motivo para um excesso de rigorismo exigindo desde logo as apresentações de relatórios comprobatórios de suas atividades.

Dessa forma, salvo melhor juízo dos demais membros desta Comissão, somos de parecer favorável a este projeto, recomendando sua aprovação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 1808, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1820 e 1821, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1812, de autoria -

dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1822, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. - Rejeitado.

Requerimento de n° 1810, de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1814 a 1818, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1821, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1823, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, José Arthur Ritti, Cezar Silvestri e demais Srs. Deputados, constante do expediente. -

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1824, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 116, 128 e 129/91.
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 212/91.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 33, 108, 142, 154, 203, 229, 239, 248, 250 e 281/91.

Levanta-se a sessão.